Boletim CB/BB

NOVEMBRO 2021

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CNTE e CUT
www.apeoesp.org.br

AGENDA

APEOESP

Novembro

De 03 a 10/11	Reunião de Representantes (subsedes).
12/11/2021	Assembleia, às 14 horas, na Praça da República – SP – com paralisação.
20/11	#ForaBolsonaroRacista – MASP, 12 horas

CNTE

Novembro

20/11	#ForaBolsonaroRacista – MASP, 12 horas

CUT

Novembro

20/11	#ForaBolsonaroRacista – MASP, 12 horas
25/11	Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Violência contra a Mulher – 17 horas

I - CONJUNTURA

O BRASIL SE DETERIORA SOB O GOVERNO BOLSONARO

No momento que os países se reúnem em Glasgow (Escócia) para debater ações efetivas para redução do aquecimento global na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26) entre os dias 1 e 12 de novembro deste ano, o Brasil, sob o governo Bolsonaro, enfrenta uma situação de total isolamento internacional, como ficou demonstrado durante a reunião do G-20, grupo que reúne os países mais ricos do mundo.

A imagem de um presidente deixado de lado pelos líderes mundiais, cercado apenas de assessores e alvo de diversas manifestações de repúdio em todos os locais pelos quais passou reflete o abismo social, político e econômico no qual foi jogado o nosso país por um governo extremista, desumano e incompetente.

Em relação ao meio ambiente, por exemplo, a percepção internacional é de total descrença em ações efetivas por parte do atual governo brasileiro para evitar o aumento das queimadas e desmatamentos nos últimos três anos, além do incentivo público para ações como o garimpo e o agronegócio sobre áreas de preservação ambiental e reservas indígenas.

A percepção negativa se reforça por outros posicionamentos do governo Bolsonaro em áreas como direitos humanos, direitos trabalhistas e democracia, além da adoção de um discurso negacionista em relação à pandemia, utilizando-se de narrativas baseadas em fake news em relação às vacinas, ao isolamento social e tratamentos sem nenhuma eficácia. A política negacionista de Bolsonaro e sua postura intencionalmente irresponsável frente a pandemia – fazendo com que o Brasil chegue à marca de 610 mil mortes pelo novo coronavírus – levou a CPI da Covid, no âmbito do Senado Federal, a indiciá-lo por onze diferentes crimes, ao mesmo tempo em que prospera sua denúncia por crimes contra a humanidade no Tribunal de Haia.

Esse quadro negativo perante a comunidade internacional contrasta com a imagem propositiva e de destaque que o Brasil vinha construindo nas últimas décadas e tem graves consequências para o país.

A economia está sendo destruída

A diretriz econômica do governo Bolsonaro, sob o comando do ministro Paulo Guedes, é claramente ultraliberal e busca favorecer o grande capital, nacional e estrangeiro. Para tanto, utiliza a força do Estado, as instituições e a maioria parlamentar constituída à base do fisiologismo – com o uso de cargos, favorecimentos e emendas parlamentares – para desconstruir o próprio Estado, aniquilar direitos trabalhistas e sociais e deixar os grandes grupos econômicos livres para conduzirem seus negócios com o mais baixo custo possível, elevando a taxa de lucros às custas do desemprego, da miséria e da fome do povo brasileiro.

Já no início de seu governo, frente ao desastre econômico e social que já se desenhava, Bolsonaro culpava governos anteriores. A partir de 2020, com a pandemia, esta também passou a ser justificativa para a estagnação econômica e para a aceleração da retirada de direitos da classe trabalhadora, cortes de investimentos sociais e todo tipo de ataques aos direitos da população.

No momento em que o país mais necessita da

ação do Estado – a exemplo do que fazem os países centrais do capitalismo – o governo Bolsonaro reduz investimentos. Sua conduta foi criminosa frente ao avanço do novo coronavírus, postergando o máximo que pode a compra de vacinas e, mais que isso, utilizando-se desta necessidade básica para praticar a mais torpe corrupção, como ficou demonstrado nas investigações da CPI da Covid. Também deixou de investir na compra de seringas e equipamentos básicos como respiradores. Neste processo, milhares de famílias perderam pessoas de seu convívio, ao mesmo tempo em que o país era submetido a um discurso negacionista em defesa de uma tal de "imunidade de rebanho" contestada pelos organismos internacionais responsáveis pela coordenação das ações contra a pandemia.

Se é verdade que os impactos econômicos da pandemia eram inevitáveis, a falta de ação correta sobre o problema fez com que esses impactos fossem ainda mais desastrosos no Brasil. Poucos governos, estaduais e municipais, tiveram a coragem de agir de forma eficaz em relação à pandemia. Se a ação do governo Bolsonaro foi intencionalmente irresponsável, o governo de São Paulo, sob comando de João Doria, agiu de forma dúbia, causando impactos prolongados sobre a economia que, talvez, pudessem ter sido atenuados ou abreviados. O lema "fique em casa" e a compra de vacinas foram providências corretas e necessárias, porém a frouxidão em relação aos protocolos sanitários, isolamento social, ausência de testagem em massa, com medidas parciais e intermitentes, não contribuíram devidamente para a contenção do vírus. Com 20% da população nacional, o estado de São Paulo manteve todo o tempo taxas em torno de 25% do total de casos e óbitos por Covid 19 registrados no país.

O povo está passando fome

Como resultado da gestão desastrosa da economia, milhões de brasileiros viram suas economias de vida inteira se perderem, com o fechamento das suas empresas e outros milhões a mais perderam seus empregos e meios de trabalho. Ainda assim, Bolsonaro resistiu o quanto pôde a instituir o auxílio emergencial e pretendeu reduzi-lo ao irrisório valor de R$ 200,00. Foi a ação das oposições combinada com a mobilização dos trabalhadores e da sociedade que impôs valores que chegaram a R$ 1.200,00 por um período. Hoje, Bolsonaro tenta tirar dividendos eleitorais da prorrogação do benefício de R$ 400,00 até final de 2022. Em compensação, extinguiu o Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda que já existiu no país, exemplo para diversos outros países. A propósito, devemos lembrar que em São Paulo Doria também recusou a criação de um auxílio emergencial estadual e utilizou sua maioria na Assembleia Legislativa para bloquear a proposta.

A gestão econômica de Guedes se combina o tempo todo com os arroubos antidemocráticos de Bolsonaro, com discursos afrontosos ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Congresso Nacional, às demais instituições, contra os sindicatos, entidades e movimentos sociais, que se combinam com ataques concretos de seus ministérios ou apoiadores a assentamentos do MST, comunidades indígenas e quilombolas, trabalhadores em greve e outras manifestações sociais.

Hoje, a projeção inflacionária já ultrapassa os dois dígitos, os juros são crescentes, a carestia esvazia os supermercados, o povo se desespera em filas para comprar pedaços de ossos, pés e asas de galinha ou simplesmente revira o lixo em busca de restos de comida. Enquanto isso, Guedes mantém conta offshore em paraíso fiscal, Eduardo Bolsonaro e mais 69 pessoas ligadas ao governo fazem passeio em Dubai, parentes de Michelle Bolsonaro viajam de graça em avião da FAB, os gastos com cartão corporativo da Presidência batem recordes históricos e ocorre todo tipo de farra com dinheiro público.

Quem ainda utiliza automóvel paga R$ 7 no litro da gasolina, em consequência da política adotada pela Petrobras na definição do preço do combustível, lastreada no valor do barril internacional, portanto dependente da situação do dólar. Esta política não tem qualquer justificativa real, a não ser o aumento dos lucros dos acionistas da Petrobras, grande parte deles, hoje, constituídos por fundos internacionais

de investimentos, com participação das próprias petroleiras concorrentes da Petrobras.

A perda da nossa soberania e nossa irrelevância no mundo se expressam, assim, simbolicamente no isolamento do presidente da República nas reuniões internacionais e, na prática, pela nossa desindustrialização e a virtual entrega da nossa maior empresa, uma das maiores do mundo, a Petrobras, aos interesses estrangeiros.

O papel da CPI da Covid

Após tentar evitar sem sucesso a instalação da CPI da Covid, Bolsonaro tentou mudar a investigação para tirar seu governo do centro das denúncias, propondo a ampliação do leque de investigações para governadores e prefeitos. Finalmente, tenta jogar no descrédito o trabalho da CPI. Porém, as conclusões da comissão já repercutem fortemente na sociedade e em nível internacional.

Não deixa de ser irônico que um governo eleito sob a narrativa de luta contra a corrupção tenha tanto receio de investigações, vide outros casos como da "rachadinha" que envolve seus familiares e amigos, como tantas outras denúncias em que as informações foram postas sob sigilo de "segurança de Estado", algumas até por um período de 100 anos.

Não sabemos qual será o resultado prático desta CPI, até porque as futuras ações dependem também de outros poderes, como a Procuradoria-Geral da República (PGR). Porém, este foi importante espaço de denúncias que não viriam à tona sem a instalação desta CPI. Cabe, também, à sociedade civil o seu papel de pressionar os poderes constituídos para que os culpados sejam responsabilizados e para que progridam no âmbito da Câmara dos Deputados os pedidos de impeachment que se acumulam na mesa de Artur Lira, bolsonarista que preside a Casa.

Mais Brasil ou estelionato eleitoral

Devido às desastrosas consequências de seu governo, Bolsonaro perdeu grande parte de seu apoio social. Porém, não podemos nos iludir: ele ainda conta com uma base fiel e agressiva, que faz política com base em mentiras disseminadas em redes sociais e se utiliza do ódio como método, atingindo parte da classe média e parcelas empobrecidas da população com discursos e fake news que culpabilizam o PT e o conjunto da esquerda pelos problemas do país.

É neste contexto que o governo Bolsonaro lança o "Mais Brasil", tentando "apagar" o "Bolsa Família" pela sua criação pelo governo Lula, seu principal opositor, ao mesmo tempo que procura criar um programa social colado ao seu governo.

Porém, as dificuldades de aprovação deste programa sem realizar uma "pedalada fiscal" tem sido um dos motivos de dor de cabeça do governo. Toda ajuda possível ao povo neste momento é necessária e, portanto, devemos exigir a ampliação do valor deste auxílio para, no mínimo, R$ 600,00.

Ao mesmo tempo, devemos dialogar com a população que possa vir a receber o novo programa para demonstrar e relembrar que o governo Bolsonaro adotou durante todo seu governo uma política de desmonte dos serviços públicos, deixou de tomar medidas mais efetivas para evitar uma quebradeira maior na economia e no aumento do desemprego, além do aumento do preço do gás, da gasolina, da carne, dos alimentos em geral.

Precisamos derrotar a reforma administrativa

Depois de impor a reforma da previdência, ampliar as terceirizações e a reforma trabalhista, criando a "carteira verde amarela", e realizar todo tipo de ataques aos direitos dos trabalhadores e da população, hoje o ponto central da política de Bolsonaro é a PEC 32, a reforma administrativa já antecipada no estado de São Paulo por Doria, por meio da PEC 26.

A PEC 26 foi aprovada por apenas dois votos além do mínimo necessário. Nossa mobilização permanente criou grandes dificuldades ao governo Doria, que precisou liberar grandes somas em emendas parlamentares para conseguir a aprovação. Estamos contestando judicialmente a

nova lei, pelo seu conteúdo, pela transgressão de normas regimentais e pelo uso de verbas públicas para aliciar deputados.

Parte da mídia – e também dos servidores – jogou peso na questão do fim das faltas abonadas, mas o ataque é bem mais profundo. A lei complementar 1361/2021 (PEC26) flexibiliza nossa remuneração, por meio do Bônus Resultado e, na prática, acaba com a paridade dos aposentados, que não terão direito ao bônus. Amplia as possibilidades de contratação de temporários, tornando mais distante a realização de concursos. Facilita demissões de servidores – efetivos e temporários -, seja por não atingirem as metas do Bônus Resultado (que serão fixadas unilateralmente pelo governo), seja por avaliação de desempenho (que pode ser a volta das famigeradas "provinhas"), seja, ainda, por inassiduidade, já que houve redução do número de faltas de 30 para apenas 15. Também reduz o valor do abono de permanência e do adicional de insalubridade. Finalmente, entre outros ataques, permite "parcerias" e "convênios" no serviço público estadual – ou seja, privatização.

Portanto, é crucial impedir a aprovação da PEC 32 no Congresso Nacional, pois ela criará novas normas nacionais para o funcionalismo, que vão da quebra da estabilidade, avaliações de desempenho para fins de demissão, restrição máxima aos concursos públicos, liberdade aos governantes para livre nomeação de apadrinhados políticos e a abertura para mais terceirizações e privatizações nos serviços públicos, entre outros ataques.

Ampliar a luta por uma sociedade mais justa e por educação pública, gratuita e de qualidade

Governos reacionários como os de Bolsonaro e Doria sabem que a emancipação de um povo passa pela educação. Por isso é um dos setores mais atacados.

Do corte de verbas, passando pelo cerceamento da liberdade de ensinar a aprender e pela desvalorização dos profissionais da educação, esses governos atuam para asfixiar a construção do conhecimento e a formação de estudantes críticos e com autonomia intelectual, futuros cidadãos. Querem a escola pública como espaço de treinamento e formação de mão de obra.

Portanto, defender a escola pública, o estado democrático de direito e uma sociedade justa são faces da mesma moeda, assim como defender e lutar pela ampliação dos espaços de participação democrática na luta pelos direitos sociais e trabalhistas.

Por isso a APEOESP se mantém plenamente integrada às pautas gerais dos trabalhadores e da nossa categoria em nível nacional, por meio da CNTE, da CUT e de todos os movimentos e das frentes dos quais participamos, especialmente, neste momento, na luta pelo fim do governo genocida de Jair Bolsonaro e pelo fim da tirania de BolsoDoria no Estado de São Paulo.

II - CONJUNTURA ESTADUAL

BOLSODORIA APROFUNDA CRISE NO ESTADO DE SÃO PAULO

Apesar do discurso que vem adotando no último período, tentando se desvincular do Bolsonaro, João Doria elegeu-se "colado" na campanha de seu atual adversário eleitoral, adotando o slogan BolsoDoria como marca de campanha. Porém, como parte de sua estratégia para chegar ao Palácio do Planalto agora tenta vender uma falsa imagem como opositor.

Na realidade sua gestão não se difere objetivamente da de Jair Bolsonaro, cortando verbas sociais, promovendo a privatização de órgãos do Estado (já extinguiu mais de uma dezena de órgãos e empresas públicas e até mesmo tentou privatizar o Instituto Butantã), e investe a todo momento para destruir conquistas e direitos do funcionalismo, de forma a enfraquecer os serviços públicos, com justificativa para entregá-los a Organizações Sociais, fundações ou até mesmo empresas privadas. A ampliação das possibilidades de terceirizações também se inscreve nesse projeto privatista. Na educação temos uma mostra dos resultados dessa política: em plena pandemia, empresas recebem do Estado, não pagam seus funcionários e as escolas ficam sem limpeza.

Debater a greve com a nossa categoria!

O volume de ataques de Doria/Rossieli contra a educação e os direitos da nossa categoria, bem como o cerco aos servidores públicos e o acúmulo de nossas reivindicações não atendidas exige a ampliação da nossa mobilização, em que pese a pandemia ainda não estar totalmente controlada.

Esta é a razão da realização da assembleia presencial no dia 12 de novembro, às 14 horas, na Praça de República, com paralisação. É preciso que as subsedes joguem todo o peso, visitando escolas, dialogando com os professores – e também com a comunidade, utilizando os carros de som, organizando a paralisação do dia 12 e grandes caravanas para a assembleia.

Nesse processo, realizar assembleias regionais e atos nas Diretorias de Ensino e, sobretudo, conversar com todas as professoras e os professores sobre a necessidade de realizarmos uma forte greve da categoria – no momento que definirmos como o mais adequado –, pois este governo não dialoga, não negocia, ignora nossas necessidades e pratica assédio moral e autoritarismo de forma permanente.

Entre as questões principais que nos motivam, podemos destacar:

Reajuste salarial imediato!

O governo encaminhou para a ALESP, por meio do PLC 37, em regime de urgência, a criação do "Abono FUNDEB".

Não aceitamos esse retrocesso, pois com nossa luta conquistamos a incorporação de abonos e gratificações aos salários da categoria. Com a justificativa de cumprir a aplicação mínima de 70% do FUNDEB com o pagamento aos profissionais da educação, Doria apresenta este abono, que não é extensivo aos aposentados.

De acordo com estudos da subseção DIEESE/CEPES da APEOESP, com o valor anunciado para o abono (total de R$ 1,5 bilhão), seria possível conceder um reajuste linear em torno de 7% a 9% para toda a categoria, incluindo os

aposentados. Seria um primeiro passo para que o governo do Estado cumprisse o piso salarial profissional nacional, na perspectiva de atender a meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação, que determina a equiparação dos salários dos professores à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.

Hoje há uma defasagem de 29,25% para que o estado de São Paulo atinja os valores atuais do piso salarial profissional nacional.

Devemos lembrar que a APEOESP foi a primeira entidade a realizar uma greve, de março a junho de 2015, pelo cumprimento da meta 17 do PNE, que dá conteúdo à valorização salarial, associando-a à formação de nossos professores e professoras.

Verba do FUNDEB não é para abono

Temos consciência de que a situação de arrocho salarial pressiona os professores em relação ao abono, mas devemos dialogar com toda a nossa categoria para demonstrar que o abono é recebido apenas uma vez, que o abono não se incorpora ao salário e, portanto, não incide sobre os benefícios da carreira e na aposentadoria. É fundamental que todos tenham clareza de que a lei do FUNDEB determina que 70% das receitas do fundo sejam aplicadas em valorização dos profissionais da educação e o pagamento de um abono intempestivo e malplanejado, com regras nebulosas, seguramente não é a forma mais eficaz de valorizar nossa categoria.

Redução de jornada sem redução salarial

A existência de professores que acumulam até 60 ou 65 horas de trabalho semanal em salas de aula vai na contramão da valorização profissional e da qualidade do ensino. Vai na contramão também da chamada "jornada do piso", que determina o mínimo de 33% da jornada em atividades extraclasse – como preparação de aulas, elaboração e correção de provas, leitura etc –, considerando uma jornada máxima de 40 horas semanais de trabalho.

É um absurdo que professores tenham que trabalhar tanto para melhorar seus baixos salários.

Queremos a jornada máxima de 40 horas semanais de trabalho, com a aplicação da jornada do piso, prevista na lei 11.738/2008. Mais dignidade aos professores e mais qualidade de ensino.

Defesa incondicional da vida: estudantes sem vacina não devem voltar às aulas presenciais

Esta é a campanha que a APEOESP inicia, tendo em vista a irresponsável decisão da dupla Doria/Rossieli de determinar a volta obrigatória das aulas presenciais, eliminando qualquer distanciamento, num contexto em que o próprio secretário da Educação reconhece que apenas 24% das escolas têm condições de assegurar algum tipo de segurança sanitária.

Nossa luta incondicional é em defesa da vida. Se 92% dos profissionais da educação já foram vacinados foi graças à iniciativa da APEOESP de cobrar do governo que fossem vacinados com prioridade.

Assim como conquistamos a aplicação das duas doses da vacina, estamos lutando para que seja aplicada a terceira, reforçando o ciclo vacinal. Ofícios neste sentido foram enviados ao governador e aos secretários da Educação e da Saúde.

Neste momento, obrigar milhões de estudantes a irem às escolas sem que tenham tomado a vacina contra a covid 19 é não apenas uma atitude irresponsável, como verdadeiramente criminosa. Por isso, nossa campanha envolve o diálogo com as famílias para que não enviem seus filhos menores de 12 anos, não vacinados, às escolas, que não têm condições de assegurar sua proteção contra o vírus. Vale salientar que o governo gastou menos de 20% das verbas destinadas a reformas e melhorias nas escolas.

Decretos municipais prevalecem

Neste sentido, é preciso deixar muito claro: decretos municipais que normatizam as aulas presenciais prevalecem sobre decretos e normas estaduais. Assim, devemos prosseguir conversando com prefeitos e secretários municipais da Educação e da Saúde para que sejam publicados decretos que preservem a vida, mantenham atividades remotas e não cedam à irresponsável obrigatoriedade de aulas presenciais sem segurança sanitária.

Retomar a caravana em defesa da educação pública

Esse conjunto de ataques contra os serviços públicos, contra a educação, contra nossos direitos e até mesmo contra o direito à vida requer de nós ações assertivas, que envolvam a categoria e a sociedade em todas as regiões do estado.

Com a retomada paulatina das mobilizações presenciais, com todos os cuidados, em função da permanência da pandemia, a APEOESP realizará uma nova caravana em Defesa da Educação Pública, percorrendo as regiões do estado e culminando com o encerramento na Capital, de acordo com a dinâmica realizada em anos anteriores.

Em cada cidade polo, em cada região, devemos articular com os demais segmentos da comunidade escolar, com entidades, com movimentos sociais, ocupar espaços na mídia local, nas redes sociais, Câmaras Municipais e todas as instâncias possíveis para denunciar os ataques dos governos e ampliar a luta.

Por atribuição de aulas justa e transparente

Conforme decisão da assembleia de 19/10, a APEOESP solicitou reunião com o secretário da Educação que acontecesse antes da publicação da resolução de atribuição de classes e aulas de 2022. Entre as questões que tentamos levar a debate com o secretário estavam o direito dos professores de comporem seus horários e escolherem suas jornadas, a garantia do direito de acúmulo, revisão das regras para os ATPCs, respeitando as disponibilidades dos professores, garantia dos direitos dos professores temporários.

Professores que não aderem às escolas PEI têm o direito de escolher nova unidade escolar

De acordo com a sistemática atual, professores que não aderirem ao PEI (Programa de Ensino Integral) escolhem as escolas para as quais querem ir no âmbito da sua diretoria de ensino. Rejeitaremos qualquer mudança. Caso ocorra, os professores prejudicados deverão procurar o departamento jurídico nas subsedes para ajuizarem Mandados de Segurança.

Boato: gratificação de 75% do PEI não será incorporada

Circula em algumas regiões boato de que constaria em projeto do governo a incorporação da gratificação de 75% paga aos professores de PEI após cinco anos de exercício. A informação não procede. Não há nenhum projeto ou documento oficial do governo indicando essa possibilidade.

Encontro Estadual de Aposentados para organizar a luta contra o confisco

O confisco salarial instituído por Doria é um roubo e está levando muitos professores aposentados a passarem por sérias dificuldades financeiras, decorrentes da redução de seus já

reduzidos proventos, depois de uma vida inteira dedicada à educação pública, em que contribuíram mensalmente para a justa e digna aposentadoria.

Assim que foi publicado o decreto 65.021/2020, a APEOESP articulou-se com a AFUSE, APASE e CPP e ingressou com ação judicial contra o confisco. Obtivemos liminar, mas que foi suspensa pelo presidente do Tribunal de Justiça. Nosso recurso ainda aguarda julgamento.

Vamos intensificar essa luta. Para tanto, realizaremos em data a ser definida **Encontro Estadual de Aposentados e Aposentadas** para deliberar sobre uma grande mobilização que exigirá do governador Doria o fim deste confisco.

Pela gestão democrática – não ao regimento escolar autoritário de Rossieli

A reunião da Diretoria Estadual Colegiada (DEC) de 29/10 reafirmou o posicionamento da APEOESP já veiculado no boletim Informa Urgente nº 124, de 27/10, sobre a tentativa do secretário Rossieli Soares de impor a todas as escolas um modelo pronto de regimento que incorpora conteúdos e procedimentos do velho "novo" ensino médio, dos quais discordamos frontalmente.

Para tanto, nosso sindicato ingressou na justiça com Ação Civil Pública para que seja assegurado aos Conselhos de Escola sua prerrogativa legal de formular e decidir livremente sobre o regimento escolar, que se insere no conjunto de atribuições dos conselhos.

Nossos diretores, conselheiros e representantes de escolas devem manter esse diálogo com professores, funcionários, estudantes e gestores nas escolas, para que mantenham e reforcem a luta pela gestão democrática, por meio do fortalecimento dos Conselhos de Escola.

Em defesa do IAMSPE!

Impondo a aprovação do PL 529/2020 na Assembleia Legislativa, o governo Doria aumentou o valor das contribuições ao IAMSPE dos servidores mais idosos, bem como sobre dependentes e agregados, com a promessa de melhorar a qualidade e o atendimento. Nada foi feito. Ao contrário, o serviço vem piorando pela falta de investimentos e há o rompimento em massa dos convênios com clínicas e laboratórios, deixando os servidores do interior do estado sem nenhum atendimento.

A luta pela melhoria do IAMSPE tem sido uma prioridade para a APEOESP. Entretanto, depois de promessas vazias, não há nenhuma providência do superintendente para realizar qualquer melhoria, assim como não fomos até o momento recebidos pelo secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, ao qual o IAMSPE está vinculado.